SPRA

região açores

informação.ano XV.nº84.setembro.2022

É tempo de ser TEMPO DOS PROFESSORES

sindicato dos professores da região açores

EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

O acordo para a década

Foi sobejamente difundida, pela comunicação social regional, uma proposta do atual Governo Regional de um acordo e compromisso político, para uma década, dos vários partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional. Este acordo seria no âmbito da Educação, mais precisamente, nas áreas das condições de trabalho docente e autonomia e gestão das unidades orgânicas do ensino público.

As propostas do Governo a serem negociadas com os sindicatos de docentes centram-se na uniformização de condições de trabalho para todos os ciclos e níveis de ensino, aliás, reivindicação do SPRA desde o fim do regime especial de aposentação para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. O cumprimento deste desiderato implica alterações no diploma da autonomia e gestão das unidades orgânicas do ensino público, no ECD e nas matrizes curriculares do 1.º ciclo do Ensino Básico.

O processo negocial em torno da autonomia e gestão das unidades orgânicas do ensino público verá a sua conclusão, previsivelmente, em meados de julho, após seis meses de negociação e com alguns ganhos nas condições de trabalho dos docentes, nomeadamente para o exercício de cargos de gestão e gestão intermédia, conseguidos numa conjuntura internacional difícil, em que impera a incerteza política, económica e social e se adivinha uma inflação galopante.

Quanto ao ECD, foi prometida, pela SREAC, uma proposta do Governo para o final de setembro. Apesar da complexidade, consideramos ser possível concluir o processo negocial de forma a estar em vigor no ano letivo 2023/24, tal como o diploma da gestão e as alterações curriculares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Em sede de negociação, a titular da pasta da educação afirmou, perentoriamente, que, devido à complexidade dos diplomas, estariam em vigor apenas no ano letivo 2024/25. Parece-nos evidente que não está em causa apenas a complexidade dos diplomas, mas, sobretudo, a previsível realização de eleições regionais em outubro de 2024 e uma eventual conjuntura económica mais favorável.

O processo negocial em torno da autonomia e gestão das unidades orgânicas do ensino público verá a sua conclusão, previsivelmente, em meados de julho, após seis meses de negociação e com alguns ganhos nas condições de trabalho dos docentes

SPRA informação.ano XVI.nº84.setembro.2022

FICHA TÉCNICA
Director:
António Lucas
Conselho de Redacção:
Antónia Coelhoso | Vitória Fonseca | João Natal | Filipe Campos | António Dutra | Alice Ferreira | Natacha Ferreira
Editor:
Fernando Vicente
Paginação e Tratamento Gráfico:
Tiago Madeira
Revisão:
Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:
José Paulo Oliveira (Jornalista)
Propriedade e Edição:
Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);
Bimestral
Tiragem média:
2.250 exemplares
Impressão e acabamento:
Nova Gráfica, Lda
Dep.Legal:
206452/04
III Série
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA
Membro da FENPROF
www.spra.pt
GRISPRA:
Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS
STA. MARIA
R. Leandres Chaves, 12 C
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 118
smaria@spra.pt
S. MIGUEL
Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
smiguel@spra.pt
TERCEIRA
Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | tlm: 961 362 236
spraterceira@spra.pt
GRACIOSA
R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
graciosa@spra.pt
S. JORGE
Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N
9800-549- VELAS
tel: 961 608 587
sjorge@spra.pt
FAIAL
Rua da Vista Alegre, fração V/W
9900-071 HORTA
tel: 292 292 892
faial@spra.pt
PICO
R. José Martins Garcia
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000
pico@spra.pt
FLORES e CORVO
R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tlm: 924 479 318
flores@spra.pt

A mensagem que saiu de Viseu

Realizado em maio passado, na cidade de Viseu, o 14.º Congresso Nacional dos Professores «aprovou uma Resolução sobre a Ação Reivindicativa, que define, em traços gerais, propostas, mas, igualmente, iniciativas, ações e lutas que se consideram indispensáveis para a sua concretização". É, sem dúvida, um guia orientador fundamental para a intervenção sindical no presente e no futuro.

Ali se regista: **"É tempo de ser tempo dos professores!"**. E essa é a mensagem que este 14.º Congresso da FENPROF quis transmitir e divulgar, "quer para dentro da profissão, quer para a sociedade em geral. Uma mensagem que, diga-se, não deixa de fora nenhum dos setores de trabalho representados pela FENPROF e pelos seus sindicatos, dos/as educadores/as e docentes em geral aos/às investigadores/as, da administração pública ao privado, cooperativo e social - em todos estes setores os profissionais têm sido alvo de políticas que têm desvalorizado profundamente as suas condições profissionais: é mais que tempo de corrigir estas opções!".

"A Educação não pode esperar!"

Viseu foi, nos dias 13 e 14 maio, a capital dos docentes e investigadores, com a realização do maior fórum nacional sobre Educação, em que participaram 667 delegados oriundos de todos os distritos do país e regiões autónomas, representando todos os níveis de educação e ensino e investigadores científicos. 85% foram eleitos nas escolas pelos docentes sindicalizados nos 7 Sindicatos que integram a FENPROF. Também presentes cerca de três dezenas de convidados em representação de organizações sindicais do estrangeiro (Europa, África e América Latina), além de dezenas de convidados nacionais.

Com o lema **"A Educação não pode esperar! Combater desigualdades. Valorizar a profissão!",** o 14.º Congresso decorreu com a seguinte ordem de trabalhos:

Aprovação do Regulamento de Funcionamento do 14.º Congresso Nacional dos Professores e do Regulamento Eleitoral do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição.

Apreciação do Relatório de Atividades da FENPROF no período compreendido entre maio de 2019 e maio de 2022.

Apresentação, debate e votação de propostas de alteração aos Estatutos da FENPROF.

Debate e Aprovação do Programa de Ação da FENPROF e de Resolução sobre Ação Reivindicativa.

Eleição dos membros do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição.

Verbas para a Educação

Depois de Manuela Mendonça (Presidente do Conselho Nacional), Anabela Sotaia (Coordenadora da Comissão Organizadora do Congresso) e Fernando Ruas (Presidente da Câmara Municipal de Viseu) terem dirigido breves saudações ao Congresso e de os delegados e convidados terem assistido à comunicação de David Edwards (Presidente da Internacional de Educação), Mário Nogueira fez a intervenção de abertura, em nome do Secretariado Nacional da FENPROF.

"Portugal está longe de cumprir as recomendações internacionais de verbas para a Educação, que apontam para os 6% do PIB", lembrou Mário Nogueira, que acrescentou: "Há anos que esse valor fica aquém de 4%, já contando com os fundos europeus. Enquanto assim for, pode disfarçar-se a falta de professores com desrespeito pelos limites de alunos nas turmas, a não redução nas situações previstas, impondo sobretrabalho aos professores, recorrendo a aposentados ou chamando quem não quis ser professor, mas, agora, à falta de melhor, resigna-se com isso. Mas, se assim for, não nos iludamos: o défice de formação e educação de que o Primeiro-Ministro um dia falou irá manter-se, talvez agravar-se, e só hipocritamente os governantes poderão afirmar que a Educação é prioridade. Alguns continuarão a afirmar, mas não passa de conversa para eleitor ouvir..."

DIRIGENTES DO SPRA NOS ÓRGÃOS DA FENPROF

Conselho Nacional
Fernando José Breia Vicente
António José Calado Lucas
Margarida Vitória Fonseca
Paula Decq Mota

Secretariado Nacional
António José Calado Lucas
Maria Luísa Pereira Cordeiro

Conselho de Jurisdição
António Fernando Rodrigues Dutra – Presidente

"A estratégia de diminuir a participação dos professores", comentou o dirigente da FENPROF, noutro momento da sua intervenção, no arranque dos trabalhos, "passa, também, por desvalorizar os seus sindicatos, por fechar janelas de diálogo e vias negociais e não é por acaso que, principalmente, após o virar de século, com o acentuar do neoliberalismo e as sucessivas tentativas de impor pensamento único em relação a quase tudo na vida de todos, passámos a assistir a uma crescente tentativa de afastamento dos sindicatos, por um lado, acusando-os de corporativos, apenas interessados em direitos, salários e carreiras, mas, por outro, recusando dialogar quando as decisões são sobre outras matérias, com o argumento de não serem da sua competência".

Na sessão de encerramento, ouviram-se as intervenções dos Secretários Gerais da FENPROF e da CGTP-IN, Mário Nogueira e Isabel Camarinha.

Órgãos da FENPROF

Na primeira reunião do novo Conselho Nacional, onde se elegeu, novamente, Manuela Mendonça como Presidente deste órgão, ratificou-se a composição e a coordenação do Secretariado Nacional. A composição final do Conselho Nacional (órgão máximo da Federação entre Congressos), do Conselho de Jurisdição, do Secretariado Nacional e da sua coordenação foi anunciada e apresentada a todo o Congresso antes da sessão de encerramento. Durante o próximo triénio, a FENPROF contará com um Secretário-Geral, Mário Nogueira, e dois Secretários-Gerais Adjuntos, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves. Dois dirigentes do SPRA integram o SN: António Lucas e Luísa Cordeiro. No Conselho Nacional, participam três dirigentes do Sindicato dos Professores da Região Açores: Fernando Vicente, Paula Decq Mota e Vitória Fonseca. Outro dirigente do SPRA, António Dutra, foi eleito Presidente do Conselho de Jurisdição da FENPROF.

Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues

O Congresso acolheu a cerimónia de entrega do Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues, instituído pela FENPROF, com o apoio da SABSEG, que, em 2021, distinguiu o romance de João de Melo «Livro de Vozes e Sombras». Trata-se de um romance onde o autor «retoma a sua reflexão sobre Portugal, sobre África e a guerra colonial que viveu, acrescentando, agora, pela primeira vez, a história da FLA e do separatismo açoriano». Para o júri, Livro de Vozes e Sombras é «uma visão corajosa e crua da humanidade que nos obriga, aqui e agora, a questionar a relação entre os nossos ideais e as inevitáveis sombras inerentes à sua almejada concretização». A cerimónia contou com a presença do autor, o professor João de Melo.

A assembleia magna da FENPROF vincou uma mensagem aos professores, aos governantes, à opinião pública e ao país em geral: "É tempo de ser tempo dos professores". E é tempo de continuar a luta!

Na véspera do Congresso, decorreu um seminário internacional, com a presença das delegações estrangeiras convidadas para o 14.º Congresso Nacional dos Professores. O encontro teve lugar no TRYP Porto Expo Hotel. Com o mesmo lema do 14.º Congresso, o seminário permitiu cruzar experiências, realidades e estratégias de intervenção, não só para o plano interno, mas também no âmbito da ação da FENPROF nas organizações internacionais a que pertence.

Movimento sindical de classe

Como realça o Programa de Ação aprovado pelos delegados, "a década que já se iniciou está repleta de exigentes desafios. As mudanças profundas que se vão operar na composição do corpo docente e noutras dimensões da profissão implicarão grandes alterações também na organização sindical docente, na formação de novos quadros, na necessidade de conciliar rapidez e substância na resposta, nas mudanças com o recurso a diversas plataformas e meios de comunicação…"

Trata-se de "um trabalho difícil, necessário e exaltante, que não deverá esquecer as grandes lições do passado que permitiram ao movimento sindical de classe, em Portugal, ter 150 anos de vida e ser a força que é hoje, apesar de muitos terem sentenciado o seu fim que anunciavam pelo virar do milénio. Um trabalho difícil, necessário e exaltante que marca a matriz sindical da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), distinguindo-a na profusão de organizações sindicais de docentes existentes em Portugal." ●

Olhar sobre o 14º Congresso

Rita Teixeira, *Dirigente do SPRA e delegada ao 14º Congresso*

Nos dias 13 e 14 de maio de 2022, decorreu, no Pavilhão ExpoCenter de Viseu, o 14.º Congresso Nacional dos Professores, realizado pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF). No Congresso, foram apresentadas, para análise e votação, propostas globais de Programa de Ação para o triénio 2022-2025 e várias moções, tendo oito sido aprovadas:

- Proposta de moção n.º 1 – "Pela democracia";
- Proposta de moção n.º 2 - "Defender a paz, dizer não à guerra!";
- Proposta de moção n.º 3 – "Pelo fim das discriminações entre mulheres e homens";
- Proposta de moção n.º 4 – "Contra a discriminação, respeito pela diversidade por uma sociedade equitativa";
- Proposta de moção n.º 5 – "Por uma educação para a sustentabilidade ambiental para todos/as";
- Proposta de moção n.º 6 – "Dinheiro para a educação, não para a guerra";
- Proposta de moção n.º 7 – "Solidariedade com o povo ucraniano";
- Proposta de moção n.º 8 - "Saudação aos/às trabalhadores/as do 14.º Congresso".

Os pontos de discussão foram profundamente analisados pelos delegados ao congresso, tendo os mesmos reconhecido a sua pertinência para a conjuntura atual. Participei pela primeira vez neste evento, na qualidade de delegada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores - SPRA - e considero que o mesmo deu ênfase ao lema: "É tempo de ser tempo dos professores", pois a educação nos tempos que correm não pode esperar! Tanto nós, professores, como as crianças e jovens necessitamos rumar a um novo paradigma educacional, que nos permita alcançar o sucesso na educação, combater as desigualdades sociais e dar um novo significado e valor à nossa profissão, que favoreça o ato de ensinar futuros cidadãos da nossa sociedade. Todas as propostas apresentadas foram sujeitas a uma reflexão ajustada ao contexto atual de toda a realidade educativa. A importância da realização de congressos, eventos ou encontros de professores que incidam sobre temas atuais transporta-nos para a interpretação de diferentes pontos de vista. Por isso, a minha primeira experiência neste evento foi gratificante e enriquecedora, não só por me ter permitido contactar com profissionais mais experientes, mas também por ter sido uma oportunidade para acompanhar a natureza destes valiosos momentos de reflexão no início da minha carreira profissional. ●

OUVIMOS, LEMOS E REGISTÁMOS...

"Tal como no passado, será com a nossa matriz sindical, com olhar crítico e com atenção à novidade, que seremos força de futuro"

Do Programa de Ação aprovado pelos delegados

"Estou certo de que neste Congresso encontraremos a força e vontade de mudar. O MCTES tem de nos ouvir e tomar as medidas que exigimos para, entre outros, manter um sistema público de investigação superior de qualidade, adequar os meios financeiros às necessidades, (re)democratizar a academia, revertendo o atual RJIES, promover uma justa avaliação do desempenho e estabilidade do emprego docente e científico e concretizar a efetiva promoção salarial e progressão nas carreiras".

Da intervenção de Fernandes de Matos (Departamento de Ensino Superior e Investigação/FENPROF)

"O 14.º Congresso Nacional dos Professores exige uma educação ambiental, designadamente sobre as alterações climáticas, integrada numa Educação de qualidade para todos, que permita que, no final da escolaridade obrigatória, cada aluno/a tenha conhecimentos e competências que lhe permitam intervir e lutar contra aquelas alterações, adaptar-se às incertezas que elas já provocam e participar na construção de um mundo viável e justo para todos/as."

Da moção n.º 5, "Por uma Educação para a Sustentabilidade Ambiental para todos", aprovada pelos delegados

"Da Ordem de Trabalhos do Congresso constam os seguintes assuntos: aprovação do Regulamento de Funcionamento do 14.º Congresso Nacional dos Professores e do Regulamento Eleitoral do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição; apreciação do Relatório de Atividades da FENPROF no período compreendido entre maio de 2019 e maio de 2022; apresentação, debate e votação de propostas de alteração aos Estatutos da FENPROF; debate e aprovação do Programa de Ação da FENPROF e de Resolução sobre Ação Reivindicativa; e eleição dos membros do Conselho Nacional e do Conselho de Jurisdição."

Do Regulamento do 14.º Congresso aprovado pelos delegados

(O 14.º Congresso decide) "promover, no âmbito dos 40 anos da FENPROF, que se completarão em 30 de abril de 2023, um grande Encontro Nacional centrado na profissão docente, com enfoque na sua valorização e atratividade, assinalando o

Vozes do SPRA na tribuna do 14.º Congresso da FENPROF

A situação negocial na Região Autónoma dos Açores

António Lucas, *Membro do SN da FENPROF e Presidente do SPRA*

No XIII Congresso, a minha intervenção versou os ganhos obtidos, até à data, centrados no desenvolvimento da carreira e na avaliação do desempenho. Na altura, foi referido também que tínhamos como principal desiderato a melhoria das condições de trabalho e a uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva, por idade e antiguidade, para todos os ciclos e níveis de ensino.

A luta pela uniformização de horários e condições de trabalho na Região Autónoma dos Açores decorre há uma década e tem hoje condições de unidade e de aceitação pela quase totalidade dos docentes. Esta unidade foi conseguida, paulatinamente, com a persistência da informação e da ampla discussão realizada em sessões plenárias sindicais, em todas as ilhas, ao longo da referida década. Esta luta levou, inclusivamente, a que o PSD e o PPM tivessem inscrito nos seus programas eleitorais de 2020 a intenção de satisfazerem estas reivindicações.

Foi assumido pelos três partidos (PSD/CDS/PPM) que hoje formam a coligação de Governo nos Açores e inscrito, de forma genérica, no programa do Governo, as suas posições favoráveis quanto à uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva, por idade e antiguidade, para todos os ciclos e níveis de ensino. Do ponto de vista formal e operacional, o cumprimento deste desiderato implica alterações em três diplomas estruturantes do Sistema Educativo Regional, o DLR de Autonomia e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Público, o DLR do Estatuto da Carreira Docente e o DLR do Currículo Regional do Ensino Básico.

As alterações ao primeiro diploma visam, essencialmente, acomodar melhorias nas compensações pelo exercício de cargos de gestão e gestão intermédia. As alterações ao ECD visam, essencialmente, melhorias nas condições de trabalho e a referida uniformização da componente letiva, do horário de estabelecimento e das reduções por idade e antiguidade. Por último, as necessárias adaptações da organização e do desenvolvimento curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico a uma assumida lógica de pluridocência neste ciclo de ensino.

No próximo dia 18 de maio, o Sindicato dos Professores da Região Açores e a Secretaria Regional da Educação farão a terceira ronda negocial em torno do diploma da gestão, tendo-se já conseguido algumas melhorias nas reduções da componente letiva e de estabelecimento para o exercício de cargos, tendo ficado salvaguardada a manutenção dos princípios democráticos de elegibilidade e colegialidade dos órgãos. Fechado este processo negocial, iniciar-se-á a revisão do ECD Açores com disponibilidade, aparente, do Governo para uma revisão do diploma que possa ir além da uniformização da componente letiva e das reduções por idade e antiguidade, mas também para expurgar contradições de articulado e clarificação de atividade de componente letiva e componente não letiva de estabelecimento.

Este quadro político de maioria relativa no parlamento açoriano, e que apenas ocorreu uma vez desde 1976, cria também uma oportunidade única para um processo negocial que dificilmente se repetirá, quer pela importância dos diplomas em questão, quer pelo impacto que têm na vida dos docentes. Os professores nos Açores contarão, uma vez mais, com a ação do SPRA, com as suas propostas, com a sua assertividade negocial e, caso seja necessário, com a luta! ●

Os professores nos Açores contarão, uma vez mais, com a ação do SPRA, com as suas propostas, com a sua assertividade negocial e, caso seja necessário, com a luta!

Vozes do SPRA na tribuna do 14.º Congresso da FENPROF

A educação pré-escolar na Região Autónoma dos Açores

Ana Paula Lourenço, *Coordenadora do Pré-Escolar do SPRA*

À data da publicação da Lei-quadro (Lei n.º 5/97), a educação pré-escolar apresentava-se já bem organizada na RAA, tendo vindo a ser consolidada através de legislação própria.

Em 2001, foi aprovado o estatuto dos estabelecimentos de educação pré-escolar, depois de inúmeras rondas de negociação, entre o SPRA e a tutela, no sentido de corresponder às expetativas dos educadores quanto à não inclusão das atividades de tempos livres e ao respeito pela sala de jardim-de-infância como um espaço de caráter pedagógico.

Em 2002, foi aplicado à Região o despacho que fixava as Orientações Curriculares de Educação Pré-Escolar (OCEPE), criando, ainda, um novo enquadramento para a avaliação das crianças da educação pré-escolar. Apesar de ter sido aplicado só em 2002, este foi, desde sempre, um documento orientador para os educadores de infância, nos Açores.

Em 2010, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n. º21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional. Este diploma, ao incluir a educação pré-escolar, apresenta-se como um fator de valorização deste setor da educação, ao mesmo tempo que define a matriz curricular para a educação pré-escolar, de uma forma muito abrangente, de acordo com as OCEPE.

Na RAA, a educação pré-escolar é ministrada a par com o 1.º ciclo do ensino básico, salvaguardando as suas especificidades em legislação própria. Esta situação facilita a aplicação de legislação comum aos dois setores, nomeadamente o modelo de gestão democrática, o calendário escolar, que é o mesmo para os dois níveis de educação, a abertura e o encerramento do ano letivo, as interrupções letivas, bem como os períodos avaliativos, incluindo as reuniões de avaliação.

Tutela a mexer, situação a piorar...

Contudo, à revelia dos sindicatos e dos educadores, a tutela tem vindo a alterar as excelentes condições de funcionamento da educação pré-escolar, nomeadamente:

O número de crianças por educador, na rede pública, não podia ser superior a 20. A legislação atual refere, apenas, uma turma padrão de 20, podendo ser alargada para um número indeterminado, sem lotação máxima e sem a obrigatoriedade de recorrer ao "par pedagógico";

A lotação máxima dos grupos que integravam crianças com NEE era de 16 e não podia exceder duas por grupo. Presentemente, esse número poderá ser ultrapassado, com todas as consequências daí decorrentes, tanto para crianças como para docentes;

Na anterior legislação, até 20 crianças, era colocado um assistente operacional. Neste momento, esse rácio quase triplicou. Foi aprovado, recentemente, um novo diploma, que, apesar de ser, aparentemente, mais favorável, não inclui rácios, pelo que ainda não se sentem os seus efeitos nas escolas. ●

acontecimento com iniciativas nas diversas regiões, promovidas em articulação com o respetivo sindicato dos professores.
(O 14.º Congresso decide também) "promover, integrado na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, em conjunto com outras organizações representativas da comunidade escolar, uma Campanha Nacional em defesa da Escola Pública, enquanto conquista de Abril, e pela valorização da profissão docente".

Da Resolução sobre Ação Reivindicativa aprovada pelos delegados

"No encerramento do 14.º Congresso Nacional dos Professores, o Secretário-geral da FENPROF saudou os delegados por mais uma demonstração de força e de unidade. Mário Nogueira afirmou que a FENPROF sai deste Congresso mais coesa, mais forte e mais bem preparada para enfrentar os desafios do futuro e para lembrar ao país que "É tempo de ser tempo dos professores". No final, deixou uma mensagem: a luta continua!"

fenprof.pt

"Temos as propostas, precisamos das respostas. E se é tempo de ser o tempo dos professores, é também tempo de ser o tempo de valorizar o 1.º ciclo do ensino básico."

Da intervenção de Albertina Pena, SN da FENPROF

"É urgente criar condições que permitam o regresso às escolas de milhares de professores qualificados que abandonaram a profissão na última década e se encontram atualmente a exercer outras atividades, por falta de perspetivas de futuro na área da docência. É igualmente urgente aumentar o número de jovens a frequentar cursos de formação inicial de professores. Lembro que, no âmbito dos dados recolhidos pelo PISA, apenas 1,5% dos jovens portugueses de 15 anos admitem vir a ser professores, bem abaixo da média de 5% verificada na OCDE, importando, no entanto, sublinhar, que a baixa percentagem de jovens a desejar um futuro na docência não resulta de uma opinião negativa dos seus professores. Pelo contrário, os jovens portugueses são dos que neles depositam maior confiança."

Da intervenção de Manuela Mendonça, do SN, Presidente do Conselho Nacional e Secretária para as Relações Internacionais da FENPROF, na abertura do seminário internacional, realizado na véspera do 14.º Congresso

Outras situações que nos preocupam sobremaneira são:

O comprometimento dos apoios especializados e educativos;

O decréscimo do número de crianças que têm ingressado na educação pré-escolar;A existência, em algumas ilhas, de maior número de crianças a frequentar a rede privada da EPE, em detrimento da rede pública. De referir que, nos Açores, as redes pública e privada de educação pré-escolar constituem uma rede única.

Segundo dados estatísticos, facultados pela tutela, no ano letivo de 2019/2020, a educação pré-escolar era frequentada por 100% das crianças de 5 anos, 92,7% das crianças de 4 anos e 79,4% das crianças de 3 anos.

Ponto de situação em 2021

Aquando da pandemia, o governo não incluiu a EPE nas medidas que adotou para o 1.º CEB, nomeadamente a redução do n.º de crianças por grupo e a redução do n.º de crianças em grupos que integrem crianças com NEE;

As Unidades Orgânicas tiveram autonomia para decidir o seu calendário escolar – igual para todos os ciclos de ensino (Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico);

Na sequência das nossas reiteradas reivindicações, ao longo dos anos, nomeadamente com a Petição em que se exige horários base de 22 tempos letivos para todos; acesso, nas mesmas condições, às reduções da componente letiva por idade e antiguidade; e redução da componente letiva ou gratificação pela titularidade da turma, a Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais comprometeu-se a apresentar, até 31 de dezembro de 2021, aos sindicatos, uma proposta de alteração ao ECD. Contudo, passados estes meses, tal ainda não aconteceu.

A negociação do diploma da Educação Inclusiva na RAA (adaptação do DL n.º 54) já foi levada a cabo, perspetivando-se, agora, um período de negociações relativas a diversos diplomas, nomeadamente o ECD.

Estaremos, pois, atentos ao evoluir da situação e prontos para intervir, no sentido de manter e melhorar o estado da educação pré-escolar na RAA, não esquecendo a solidariedade, em relação ao todo nacional, que sempre pautou a nossa postura como profissionais e como sindicato. ●

Vozes do SPRA na tribuna do 14.º Congresso da FENPROF

A Educação Especial na Região Autónoma dos Açores

Lucília Ávila, *Coordenadora do Ensino Especial do SPRA*

Caríssimos Congressistas, delegados e convidados ao 14.º Congresso da FENPROF,

É com muita honra que me encontro neste 14.º Congresso da Federação Nacional de Professores e que saúdo todos os presentes.

Sou docente de Educação Especial, na Região Autónoma dos Açores, exercendo funções nesta área há cerca de 30 anos. Sou, também, dirigente sindical no SPRA, fazendo parte do grupo de trabalho de Educação Especial desta Federação Nacional dos Professores.

Esta intervenção centrar-se-á na área da Educação Especial na Região Autónoma dos Açores, área da Educação que é transversal ao currículo, abrangendo desde as idades mais precoces até ao final da escolaridade obrigatória e que não deveria excetuar os alunos do ensino superior da nossa Região.

Com o avanço da sociedade, a luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade é cada vez mais forte, em todo o mundo. A procura por um mundo que possa atender a todos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias.

Numa escola que se pretende inclusiva, não há lugar para a existência de espaços que, ainda que inseridos no contexto escolar, funcionem como espaços segregados de alunos. Neste sentido, é fundamental mobilizar um conjunto de recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente recursos humanos, recursos organizacionais e recursos específicos existentes na comunidade, a fim de responder a todos e a cada um dos alunos, ao longo do seu percurso escolar. A aprendizagem conjunta é um dos pilares da inclusão, sendo esta entendida como uma forma de dar resposta à diversidade dos nossos alunos e de "(…) olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem" (UNESCO, 2005, p. 9).

Na Região Autónoma dos Açores, neste momento, a Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, após experiências piloto em várias escolas da Região implementadas pelo anterior Governo Regional, prepara-se para implementar um Modelo de Educação Inclusiva já no próximo ano letivo de 2022/23. Até ao presente momento, foi apresentada uma anteproposta e duas novas versões da mesma, sobre as quais o SPRA apresentou pareceres, tendo em conta a perceção que tem sido transmitida por pais, encarregados de educação e movimentos associativos em escolas de diversas regiões do território nacional.

Na anteproposta apresentada, no seu preâmbulo, ao nível da **dimensão cultura/ética**, são defendidos princípios e valores da Educação Inclusiva que visam o respeito pela diversidade e uma escola que possa atender a todos, promotora de sucesso educativo e de um desenvolvimento sustentável em consonância com os objetivos europeus para a educação escolar.

No âmbito da **dimensão da política educativa**, no que concerne ao enquadramento da ação nas escolas e das suas comunidades educativas, assim como no que concerne à dimensão das práticas educativas, tendo em conta o impacto que este diploma poderá refletir nas diferentes unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores, o SPRA defende que a adoção de uma linguagem comum, no território nacional e regional, no âmbito do enquadramento de medidas educativas,

é facilitadora do trabalho nas escolas, pois a transferência de alunos entre escolas da Região e território nacional é frequente. Contudo, é importante que a Região imprima a sua diferença, melhorando respostas educativas, adequando-as à realidade regional.

Anteproposta melhorada pela intervenção do SPRA

Destaco o apoio recebido por parte da coordenadora do grupo de trabalho da Educação Especial da FENPROF e o papel fundamental do SPRA na negociação com a tutela, conseguindo melhorar significativamente esta anteproposta. Nesta negociação, conseguimos o seguinte:

- o alargamento dos prazos no processo de sinalização, de 10 para 20 dias e a elaboração do Relatório Técnico-pedagógico e do Programa Educativo Individual, de 30 para 60 dias.
- que a transição dos alunos integrados no regime educativo especial, para o novo modelo de educação inclusiva, decorra ao longo do ano escolar da entrada em vigor do diploma.
- a clarificação de alguns conceitos, princípios orientadores, medidas, participação dos encarregados de educação e constituição da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.
- o assento em conselho pedagógico do coordenador da EMAEI e a eleição de parte dos seus elementos.
- que as funções da comissão permanente da EMAEI sejam desenvolvidas também na componente letiva dos docentes.

Contudo, o SPRA considera que esta anteproposta de diploma carece ainda de aspetos a melhorar, relativamente à constituição, funcionamento e competências da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, nomeadamente, em relação ao horário de trabalho dos docentes da comissão alargada e ao nível da sua constituição, atendendo a que parte dos membros da comissão permanente continua a ser nomeada, de acordo com a última versão apresentada.

Continuaremos a defender que todos os elementos da EMAEI devem ser eleitos entre os seus pares e sempre que solicitada a emissão de um parecer técnico por um docente especializado, que implique a avaliação direta do aluno, a mesma deverá integrar a sua componente letiva nos tempos necessários para o efeito.

A sociedade atual apresenta novos desafios à escola do século XXI e face a esses desafios, a escola enfrenta constantemente o imprevisto, o novo, a complexidade. Juntos, SPRA e FENPROF, na luta pela valorização da profissão docente! ●

SPRA recusa atraso na valorização salarial de contratados

Diretor Regional da Educação responde ao SPRA: docentes contratados com 1461 dias de serviço auferem pelo índice 188 desde janeiro de 2022. Fica assim resolvida esta questão!

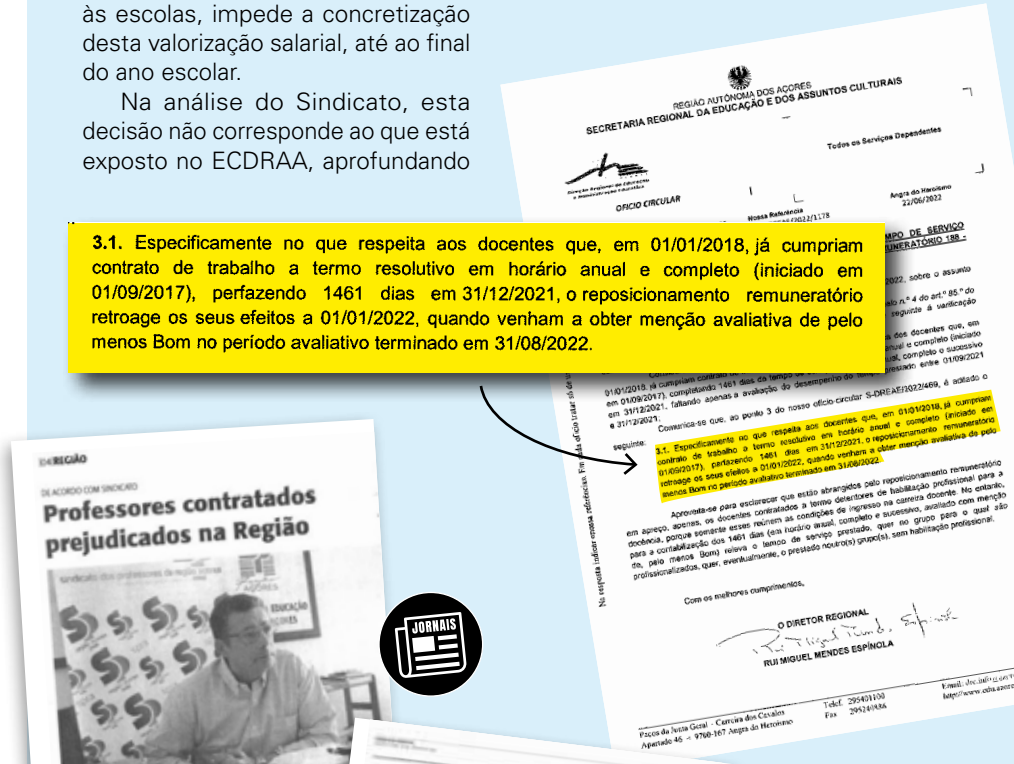
O SPRA enviou (1/06/2022) um ofício à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, contestando a orientação emitida pela Direção Regional da Educação e da Administração Educativa.

Em causa, está o atraso na valorização remuneratória dos docentes contratados a termo.

O Estatuto da Carreira prevê que estes docentes aufiram pelo índice 188 a partir do momento em que completem quatro anos (1461 dias) de serviço para carreira. No entanto, a decisão da DREAE, enviada em ofício às escolas, impede a concretização desta valorização salarial, até ao final do ano escolar.

Na análise do Sindicato, esta decisão não corresponde ao que está exposto no ECDRAA, aprofundando ainda mais as injustiças já existentes. No imediato, este atraso impede a valorização salarial durante nove remunerações. No futuro, esse impedimento poderá corresponder a catorze remunerações.

Na prática, esta decisão prejudica os docentes contratados a termo certo, porque agrava a desigualdade salarial e traduz-se numa vantagem injustificada para a entidade empregadora. O SPRA exigiu, assim, que esta situação seja regularizada, concretizando-se a valorização salarial para o índice 188, com efeitos retroativos ao mês de janeiro. ●


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

OFÍCIO CIRCULAR

3.1. Especificamente no que respeita aos docentes que, em 01/01/2018, já cumpriam contrato de trabalho a termo resolutivo em horário anual e completo (iniciado em 01/09/2017), perfazendo 1461 dias em 31/12/2021, o reposicionamento remuneratório retroage os seus efeitos a 01/01/2022, quando venham a obter menção avaliativa de pelo menos Bom no período avaliativo terminado em 31/08/2022.

REGIÃO

Professores contratados prejudicados na Região

Sindicato contra "atraso" na valorização salarial dos docentes

Parecer do SPRA

Estatuto do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na RAA

Pós-título: 9.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto

A alteração jurídica de emprego público ocorrida em 2007, com a extinção dos contratos administrativos e a sua substituição por contratos a termo resolutivo, criou condições para a aplicação de normas supletivas inscritas no Código do Trabalho e, mais tarde, na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sendo a compensação pela caducidade do contrato uma delas.

Em tomada de posição divulgada no início do passado mês de maio, a Direção do SPRA sublinhava:

"A referida alteração da relação jurídica de emprego e as suas consequências na compensação pela caducidade do contrato opôs os sindicatos da FENPROF ao Ministério da Educação e às Secretarias Regionais das Regiões Autónomas, nomeadamente, no que que diz respeito ao pagamento pela caducidade dos contratos que terminavam a 31 de agosto e se iniciavam outros, pelo mesmo titular, a 1 de setembro."

E esclarece de seguida:

"O argumento utilizado pelas diversas tutelas da Educação é que não ocorria situação de desemprego nem de interrupção de contratos, quer nos casos de renovação automática, quer nos casos em que eram celebrados contratos anuais, mas, (re)lembramos, a situação de precariedade mantinha-se. E a compensação em apreço foi criada para, como o próprio nome indica, compensar o trabalhador pelos danos nefastos que esta situação tem na sua vida pessoal e profissional".

Na perspetiva sindical, "a continuidade do contrato e o momento para ser exigida a compensação é outra discussão jurídica que não importa discutir neste âmbito, mas que, provavelmente, deveriam ser clarificados pelo legislador, embora, consideremos que, sem qualquer sombra de dúvida, o direito a este mecanismo legal está salvaguardado na lei e decorre, tão só, da existência da caducidade de um contrato a termo."

Alteração aos prazos para o acesso à compensação

O SPRA recorda mais adiante que "com a aprovação do Orçamento do Estado para 2015, pelo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, foi introduzida uma alteração aos prazos para o acesso àquela compensação, ficando o acesso àquele direito apenas para contratos celebrados após o início do ano civil seguinte, deixando de fora a maioria dos contratos, ou seja, todos os que eram celebrados entre 1 de setembro e 31 de dezembro."

E acrescenta: "Esta norma viria a desaparecer, posteriormente, com o Governo de António Costa, mas mantida, teimosamente, pelo Governo Regional de Vasco Cordeiro, apesar das sucessivas denúncias feitas pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, das várias reuniões com os grupos parlamentares, sobre o assunto, das reiteradas queixas ao Representante da República. Em 2020, esta norma foi retirada pelo atual Governo Regional".

A Diretiva 1999/70/CE vem reforçar a ideia de que a manutenção do trabalhador em precariedade deve ter um limite temporal, um benefício pecuniário para o trabalhador e uma remuneração igual à do trabalhador efetivo. Resumindo, a manutenção da precariedade não deve ser mais favorável para a entidade patronal do que a inserção desse trabalhador no quadro da empresa, instituição ou empregador público.

Já na ponta final, o parecer do Sindicato realça que "a alteração da redação do ponto 2 do artigo 50.º do ECD na Região Autónoma dos Açores tem o parecer positivo por parte do SPRA, como contributo significativo para a mitigação de uma situação, na qual, conforme referimos atrás, ainda prevalecem injustiças e desigualdades de tratamento, nomeadamente, sobre a aplicação plena da Diretiva Comunitária."

"Discordamos em absoluto do artigo 4.º da proposta, pois consideramos que a produção de efeitos deve ser concomitante com a entrada em vigor do diploma", conclui o parecer sindical.

Bibliotecas Escolares

Lugares de fruição e desenvolvimento educativo e cultural

Alexandrina Raposo, *Dirigente do SPRA*

A Biblioteca Escolar (BE) faz parte de uma estratégia que define e contribui para aquilo que são as grandes orientações ao nível da educação de um país. Revela-se premente que "a biblioteca escolar desempenhe um papel central na educação (...), visando torná-la (...) um espaço de aprendizagem multifuncional"[1]

As BE promovem a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento e ao exercício da cidadania, estimulam o gosto pela literatura, pelas artes e pelas ciências, constituindo-se como lugares de fruição e desenvolvimento educativo e cultural. Favorecem, também, o encontro e a partilha de interesses e saberes, as relações sociais e a vivência democrática. As BE são laboratórios de aprendizagem, apoio e experimentação, onde se desenvolvem práticas integradoras que combatem a exclusão, o insucesso e o abandono escolar e constituem uma mais-valia social.

O uso da BE com um propósito pedagógico integrado no desenvolvimento curricular, constitui uma oportunidade de "(...) desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida". [2]

Para responder aos desafios atuais, decorrentes da revolução digital e da alteração da forma como se lida com a informação e se obtém e produz conhecimento, são necessárias, mais do que nunca, Bibliotecas Escolares sólidas, capazes de ensinar e apoiar os alunos na aquisição de bons resultados escolares e no domínio das literacias indispensáveis para o futuro.

"A Biblioteca Escolar disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. As Bibliotecas Escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO". [3]

Contribuir para que o pensamento crítico

Através de novas práticas pedagógicas que impliquem metodologias ativas, as BE promovem a criatividade, o pensamento crítico, o trabalho em equipa e a comunicação, levando o público-alvo (em especial os alunos) a tomar decisões e a agir de forma ética.

Como preconizado pelo referencial Aprender com a Biblioteca Escolar[4], as bibliotecas são um parceiro para a promoção do aumento dos níveis de proficiência dos alunos, que, como nos mostram estudos internacionais, como o PISA, continuam a ter margem para uma consolidação mais robusta. Assim, cabe à biblioteca escolar contribuir para que o pensamento crítico, a autorregulação e a criatividade, entre outros, sejam estimulados através do desenvolvimento de atividades diversificadas e significativas.

"Uma casa onde cabe toda a gente"
Atualmente, as BE deixaram de ser repositórios de livros amordaçados em estantes, para serem espaços abertos, onde a informação é de livre acesso a todos, revelando-se o pulsar da escola, no âmbito da formação para as diversas literacias, em articulação com os programas e metas curriculares, as competências essenciais e as várias disciplinas/áreas de conhecimento. "

A biblioteca é uma casa onde cabe toda a gente". [5]

O século XXI exige bibliotecas escolares que se imponham pelas suas ações e evidências, que revelem uma real ação diferenciadora na aprendizagem de todos os alunos, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento das diferentes literacias e garantindo, também, o acesso de todos à informação e ao aprofundamento da cultura e do conhecimento em geral.

Desta forma, as bibliotecas têm de ser espaços inovadores que transcendam as paredes físicas de uma sala. Os alunos têm de se sentir bem para que a aprendizagem seja de facto efetiva. Para se conseguir isso, são necessários recursos, espaços agradáveis e equipas de BE multidisciplinares, motivadas e com formação adequada, nas quais os alunos sintam confiança para desenvolver o seu processo formativo integral, como indivíduos, como educandos e como seres humanos, capazes de contribuir para uma sociedade cada vez mais emergente e em desenvolvimento.

Objetivos da Rede Regional de Bibliotecas Escolares dos Açores
A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), no continente, teve o seu início no ano de 1996. Na Região Autónoma dos Açores (RAA), em 2014, através do Despacho n.º 1842/2014, de 29 de setembro, foi considerada a "importância de se construir, com o recurso a plataformas e sistemas de informação, uma rede de bibliotecas escolares assente em parcerias estabelecidas com as instituições locais de âmbito cultural e associativo e no envolvimento ativo das famílias e outros interlocutores".

O Despacho n.º 1777/2015, de 13 de agosto, definiu a constituição da equipa que iria implementar o programa da Rede Regional de Bibliotecas Escolares dos Açores (RRBE), que posteriormente foi sendo atualizada, e o Despacho n.º 1609/2015, de 21 de julho, definiu e alargou as competências do Gabinete da RRBE, incumbindo-o de criar, de modo faseado, a Rede Regional de Bibliotecas Escolares dos Açores, homogeneizando princípios e linhas de ação; propondo e realizando ações de formação em diversas áreas pedagógicas; elaborando documentos orientadores para as BE; lançando candidaturas para a integração das escolas no Programa RRBE; uniformizando procedimentos ao nível do tratamento técnico documental dos acervos das BE; implementando parcerias com autarquias e outras entidades; criando o sistema de informação da RRBE; promovendo, em parceria com a então Direção Regional de Educação e outras entidades, encontros com vários escritores; criando projetos inovadores e pioneiros, como o Ler Mais no 1.º ciclo, o Ler é Saudável e o Ler Encantar Recordar (pré-escolar).

As bibliotecas escolares são laboratórios de aprendizagem, apoio e experimentação, onde se desenvolvem práticas integradoras que combatem a exclusão, o insucesso e o abandono escolar e constituem uma mais-valia social.

Elevar a qualidade das aprendizagens
Assim, as BE de toda a Região passaram a contar com a orientação e o apoio incondicional do gabinete e da equipa da RRBE, na implementação de projetos inclusivos, variados, para o desenvolvimento da leitura e das diversas literacias, envolvendo docentes de vários graus de ensino, de múltiplas disciplinas e milhares de alunos de todas as idades, de forma a elevar a qualidade das aprendizagens e de apoiar os docentes nos currículos das diversas disciplinas e áreas curriculares não disciplinares.

A estrutura da RRBE promove, desde 2014, o Concurso Regional "Palavras com História", para desenvolver a escrita e promover a leitura e a criatividade. Foram criados e partilhados com as BE diversos recursos de apoio ao desenvolvimento das atividades. Salienta-se, ainda, a estandardização ao nível do software de catalogação Koha e do servidor comum, possibilitando às BE a catalogação dos seus acervos de forma mais célere, bem como o acesso ao catálogo comum por todos os seus utilizadores internos e externos.

Atualmente, mais de metade das Bibliotecas Escolares da Região encontram-se integradas no Programa RRBE, uma das quais concluiu, em julho de 2022, o seu processo de integração e várias outras manifestam interesse em integrar, demonstrando, desta forma, o seu esforço em proporcionar aos utilizadores ações e serviços de maior qualidade, contribuindo, assim, de forma cabal, para o sucesso escolar dos alunos da RAA.

[1] Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar
[2] Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
[3] Manifesto da Biblioteca Escolar
[4] Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar
[5] Mafalda Milhões

Eustress versus *Distress*

Uma luta desigual

Filipe Pinheiro de Campos, *Dirigente do SPRA – São Jorge*

Por muitas vezes ouvimos os professores referirem estar cansados e esgotados. É um sentimento que todos já experienciamos pelo menos uma vez na nossa vida laboral.

Esse cansaço, essa inconformidade está certamente relacionada com aquele mal que todos reconhecemos e que continuamente apelamos designada por stress. Fruto muitas vezes de mau entendimento, o *stress* é visto como um particular agravo ao bem estar e, consequentemente, à saúde. Urge assim desmistificar algo que paradoxalmente pode significar, e significa na realidade, também um fator de positividade na nossa vida.

O stress tem explicações hoje muito claras no campo da fisiologia humana, particularmente na ação conjunta do sistema límbico, do hipotálamo e da hipófise, num claro processo de integração neuro hormonal. O que muitas vezes se põe em causa é meramente o seu carater danoso para a saúde, o que de facto é também uma constatação, escamoteando a sua faceta positiva e a necessidade da sua presença. O *stress* também é bom! É algo que nos faz sentir vivos, que nos leva a alcançar objetivos, a estabelecer metas e ambições e a definir estratégias.

Um tipo de stress auxiliador e motivador

Os estímulos da nossa vida quotidiana e consequentemente da nossa atividade profissional, são garante de vida, de um sentimento de realização e de cumprimento de objetivos. É a este *stress* positivo que atualmente se associa o termo eustress. Trata-se de um conceito relativamente recente que descreve um tipo de stress auxiliador e motivador que capacita as pessoas para trabalhar, para melhorar o seu desempenho e atingir os seus objetivos, mesmo perante desafios. Neste particular, a energia providenciada pelo organismo é proporcional àquela que é necessária despender. No entanto, a experienciação de uma situação de *eustress* depende da perceção de cada um e do agente responsável. Quando uma pessoa se sente confiante das suas capacidades em ultrapassar a situação agressora, está a experienciar uma situação de *eustress* uma vez que a visão positiva da situação ajuda na canalização de energia na forma de uma resposta que auxilie a procurar uma solução. É por exemplo o caso de uma situação stressante na realização de uma prova, ou de um desafio perante uma turma problemática, para os quais os indivíduos sabem estar preparados para enfrentar. Ao procurar entre confronto, utilizando as estratégias e competências pessoais e profissionais, a sua ultrapassagem conduz a que posteriormente sintam uma sensação de cumprimento ou de orgulho nessa superação.

***Stress* negativo ("esgotamento")**

No polo oposto, encontramos o *distress*, uma situação descrita como stress negativo à qual a maior parte das pessoas associa vulgarmente o termo "esgotamento". Tende a causar ansiedade e a experienciar sintomas fisiológicos como cefaleias, tensão, insónias, falta de atenção e concentração e irritabilidade. Ocorre quando uma pessoa se sente incapaz de lidar com uma dada situação que lhe causa apreensão e ansiedade. É geralmente uma situação causada quando um indivíduo assume que o agente ou agentes não estão sob o seu controlo ou não têm habilidade para os mudar e lidar com eles. Tendem assim a sentir-se culpados em excesso e incapazes e, por não encontrarem uma solução, tendem a reverter para respostas pouco produtivas. Normalmente os sinais e sintomas de *distress* radicam em ansiedade, tristeza profunda, choro fácil, somatização, desespero, transtornos do sono e comportamentos alimentares inadequados assim como se verifica uma tendência generalizada para o uso desregrado de tecnologias. Situações de adição são também frequentemente reportadas nestes casos.

No entanto, qualquer tipo de *stress* torna-se patológico quando o sistema nervoso simpático está continuamente ativado o que pode acontecer em situações de *stress* crónico onde os indivíduos sentem uma ansiedade frequentemente associada a longo de um largo período de tempo assim como também em determinadas condições como no distúrbio de *stress* pós-traumático.

A curto prazo, níveis moderados de *stress* fomentam a saúde pelo seu caráter desafiante e fortalecedor do coração e dos pulmões. Pode inclusivamente reduzir o risco de certas condições de saúde mental e até conduzir a uma maior esperança média de vida. O perigo radica então quando não é controlável e quando o indivíduo se vê face a um problema para o qual não encontra, embora procurando incessantemente, uma solução o que vai conduzir a uma fase de exaustão com sentimentos de frustração e incapacidade associados radicando inclusivamente em quadros patológicos graves do foro psicossomático.

Qualquer tipo de *stress* torna-se patológico quando o sistema nervoso simpático está continuamente ativado o que pode acontecer em situações de *stress* crónico onde os indivíduos sentem uma ansiedade frequentemente associada a longo de um largo período de tempo assim como também em determinadas condições como no distúrbio de *stress* pós-traumático

4ª Edição do Desafio Kahoot de Cultura Geral dos Açores

Nos dias 8 e 9 de junho em Ponta Delgada, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional recebeu alunos de todas as ilhas do Arquipélago para disputarem entre si a final regional da 4.ª Edição do Desafio Kahoot de Cultura Geral dos Açores.

Promovido pela Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, pela Escola Básica Integrada Canto da Maia e pela Escola Básica Integrada Roberto Ivens, o Desafio *Kahoot* de Cultura Geral dos Açores é uma competição digital que incide sobre as nove ilhas dos Açores, nas temáticas de História, Cultura, Geografia, Literatura, Botânica, Etnografia e Biologia, entre outras, e destina-se a crianças e jovens que frequentam, no arquipélago dos Açores, os três ciclos de escolaridade do ensino básico e do ensino secundário.

Inscreveram-se 33 escolas da Região (29 unidades orgânicas e 4 escolas privadas), o que resultou num total de mais de dois mil alunos que, a jogar, ficaram a conhecer melhor os Açores.

Nesta final regional, que teve lugar na manhã do dia 9 de junho, competiram 26 alunos das nove ilhas do Arquipélago. Os alunos do ensino secundário jogaram, em inglês, na categoria *Azores Quiz*.

Para além da competição, os alunos tiveram oportunidade de participar num roteiro cultural que incluiu visitas guiadas ao Museu Militar e ao Museu Carlos Machado, assim como um passeio pelo centro histórico de Ponta Delgada e uma ida às Furnas.

Mais de meio milhão de trabalhadores portugueses na pobreza...

Como vamos pagar a renda ou prestação da casa, os combustíveis para chegar ao trabalho, a eletricidade, a comida, o vestuário, as comunicações?

A situação que hoje se vive em Portugal exige outra política. O número de trabalhadores em situação de pobreza atingiu os 525 mil. São mais de meio milhão de pessoas que, mesmo trabalhando, não consegue, para si e para a sua família, um rendimento superior a 554€ mensais.

Temos 40% dos jovens, os tais da "geração mais qualificada de sempre", que levam ao final do mês 627€ para casa e 2,7 milhões de trabalhadores têm uma remuneração base inferior a mil euros.

As mulheres ganham menos do que o já magro salário que os homens auferem e quem tem um vínculo precário recebe menos 40% do que um trabalhador com vínculo efetivo.

Porque ganham menos, porque estão mais desprotegidos, a precariedade é uma aposta do patronato, que faz com que, nos primeiros três meses deste ano, 70% do emprego criado tenha sido com vínculos precários, uma percentagem idêntica ao total do emprego criado em 2021.

O rol de números que refletem as dificuldades por que passam os assalariados poderia continuar e com eles as necessidades que ficam por satisfazer, algumas básicas, e se espelham de forma lapidar no ignóbil confronto com a pobreza que afeta uma em cada cinco crianças no nosso País, porque pobres são os seus pais!

Se já era insustentável viver com os baixos salários e pensões antes, como podemos fazer face às despesas que aumentam todos os dias?

Como vamos pagar a renda ou prestação da casa, os combustíveis para chegar ao trabalho, a eletricidade, a comida, o vestuário, as comunicações?

Expliquem os que defendem e determinam a contenção salarial para não provocar a tal "espiral da inflação", os que nada fazem para travar a especulação, os que se recusam a impor limites dos preços dos bens e serviços essenciais que a agiotagem, os lucros e os dividendos fazem subir, como se pode viver nesta situação e que País querem.

Da intervenção de Isabel Camarinha, Secretária Geral da CGTP-IN, na Ação de Luta Nacional realizada junto à Assembleia da República, 27/05/2022

Mais salários são mais vendas, mais produção, mais dinâmica da economia, mais receita fiscal, mais e melhor emprego, mais contribuições para a segurança social.

Menos salários é o aumento da exploração e das desigualdades, é mais retrocesso social e maior degradação das condições de vida. É tudo em pior, mantendo-se a inflação, que nada tem a ver com um descontrolo no consumo e continuando a subir apenas os lucros dos grandes grupos económicos. | *Isabel Camarinha*

Como vai alguém escolher uma profissão em que são necessários 15 ou 16 anos completos de serviço, isto é, no mínimo, 20 de trabalho para ter acesso a um lugar de quadro, garantindo alguma estabilidade de emprego e profissional, bem como o ingresso na carreira?

Quanto à carreira, a desvalorização é mais do que evidente. Repare-se, em 2005, um docente com 26 anos de serviço atingia o topo, o 10.º escalão, e o seu salário era, em valor ilíquido, superior em 1085 euros mensais ao de um professor que, passados 17 anos, tem o mesmo tempo de serviço. Este, hoje, está no 4.º escalão a lutar por uma vaga para chegar ao seguinte, a qual, se a obtiver por via de uma avaliação de *Excelente* ou *Muito Bom*, poderá ser negada pela aplicação de quotas.

Falando em 1085 euros mês, estamos a falar num rendimento anual que, em 2022, é inferior em mais de 15.000 euros ao de há 17 anos. Salário muito inferior, a que acresce uma desvalorização que, sem contar com os constrangimentos de carreira, é superior a 12% nos últimos 12 anos, e que só no ano em curso, tendo em conta os 8% de inflação em maio e os 0,9% de "aumento", ameaça duplicar a perda. É caso para perguntar: haverá vocação que resista a esta realidade? Não há certamente e, por este caminho, continuando os decisores políticos a esconderem a cabeça na formação e no recrutamento para não verem a precariedade, o baixo salário, a destruição da carreira e as condições de trabalho de profissionais a quem é roubado o tempo de ser gente, as escolas continuarão a ser despejadas de verdadeiros profissionais, mesmo que se completem horários em algumas regiões do país ou paguem estágios, tentando atrair aqueles que tinham escolhido seguir outro caminho.» | ***Do texto de opinião de Mário Nogueira no "Público", 18/06/2022***

Encontro Nacional sobre a profissão docente e campanha em defesa da Escola Pública

Nesta legislatura, há dois desafios maiores que se colocam no combate ao défice identificado por António Costa: 1) O combate às desigualdades, que se acentuaram nos últimos anos, devido à pandemia e suas consequências, o que implica um significativo reforço de recursos para que a educação seja, efetivamente, inclusiva;

2) A valorização da profissão docente e o seu rejuvenescimento, aspetos determinantes para que se recuperem os milhares de profissionais que abandonaram precocemente a profissão e para atrair os jovens que concluem o ensino secundário para os cursos de formação de educadores e professores.

Esta é uma passagem da **Resolução sobre Ação Reivindicativa 2022-25**, apresentada pelo Secretariado Nacional e aprovada pelos delegados ao 14º Congresso da FENPROF. O documento aponta um vasto conjunto de ações, "para o curto e médio prazos" (versão integral da resolução em www. fenprof. pt e na edição especial do JF dedicada à assembleia magna realizada em maio passado em Viseu).

Desde já chamamos a atenção dos nossos leitores para um grande **Encontro Nacional centrado na profissão docente,** a promover no âmbito dos 40 anos da FENPROF (abril de 2023). A iniciativa destacará a necessidade de valorização e atratividade da profissão, assinalando o acontecimento com iniciativas nas diversas regiões, promovidas em articulação com os sindicato dos professores.

Integrado na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, a FENPROF promoverá também, em conjunto com outras organizações representativas da comunidade escolar, uma **Campanha Nacional em defesa da Escola Pública,** enquanto conquista de Abril, e pela valorização da profissão docente.

É nosso dever defender e lutar por uma verdadeira democratização da Cultura

Judite Barros, *Dirigente do SPRA*

A Cultura constitui uma referência básica para o entendimento do povo, do local, da sociedade. Define e suporta a identidade, a tradição, a memória das pessoas. É a nossa cultura que nos distingue de todos os outros povos do mundo, que nos faz ser diferentes, contribuindo para a diversidade humana.

A Cultura recebe-se do passado e transmite-se para o futuro. Se um elemento deixa de ser transmitido, deixando de ser identificado ou memorizado, acabará por deixar de fazer parte da Cultura daquele local, daquelas gentes. A Cultura está em constante desenvolvimento, em constante crescimento: constitui-se na construção de uma desconstrução; é complexa e simples; é o que nos confere humanidade.

A Cultura é uma realidade que integra todas as formas de expressão da vida social e coletiva, numa linha de identidade, de tradição e de memória, no contexto das relações intersubjetivas, manifestando-se na forma como utilizamos a linguagem, no modo como a nossa língua materna é por nós dita e escrita, no modo como comemos, nas nossas tradições, nos nossos hábitos, nos nossos costumes. Tudo o que o ser humano aprende e produz insere-se numa realidade cultural.

Património imaterial mais precioso

A Cultura define quem nós somos. Nós herdamos, desenvolvemos e deixamos herança cultural aos nossos descendentes, que a recebem, desenvolvem e deixarão, igualmente, em herança, aos seus descendentes.

A Cultura é o nosso património imaterial mais precioso.

Atualmente, constitui um grande desafio manter-se a identidade cultural: a globalização, que determina padrões culturais baseados noutras culturas, de outras latitudes, que tentam construir algo de homogéneo e único, invade as nossas vidas, o nosso quotidiano, alterando o que comemos, o que ouvimos, o que dizemos, fazendo esquecer as nossas tradições ligadas à terra, ligadas à nossa realidade específica.

Por isso, consideramos essencial a defesa da Cultura Portuguesa, na sua total diversidade, em especial, a Cultura Insular Açoriana, tão rica e prolífera.

Que elementos poderemos considerar como Cultura Identitária dos Açores?

- A religiosidade e as suas manifestações religiosas e pagãs;
- As artes plásticas: os artefactos produzidos por artistas plásticos e artesãos também são fortes elementos de identidade cultural de um povo: artesanato, escultura, pintura, entre outras manifestações;
- A música é um elemento de identidade cultural muito importante, em diversas dimensões, desde a composição escrita à musical;
- A dança, desde a sua manifestação mais folclórica à realização mais elevada;
- O teatro e a sua realização mais simples ou na sua realização mais aprimorada;
- A escrita: a literatura desde a sua manifestação mais popular à realização mais erudita, histórica ou filosófica;
- A gastronomia que é, naturalmente, um forte elemento de identidade cultural.

Consideramos que o país e a região estão estagnados no desenvolvimento cultural, sendo justificados a falta de investimento e empenho por razões que vão desde o fator económico, passando pela questão de saúde pública e, como não podia deixar de ser, nos últimos tempos, a guerra. Tudo serve de desculpa para deixar para trás a Cultura, não se apercebendo, as gentes, que ao deixarem passar este tipo de políticas, condicionam toda a própria existência humana, a sua capacidade de crescimento, a sua capacidade de crítica e, até, a sua própria vontade de ir mais além, rasgar horizontes e procurar o melhor para si, para o seu país e para o mundo. Com isso, o povo mais facilmente é dominado, é enganado, torna-se, sem dar conta, cada vez mais pobre e submisso.

Como não podia deixar de ser, temos que ser, enquanto docentes, os últimos baluartes da defesa da Cultura, do Património Imaterial de Portugal. Devemos ter a coragem de exigir a melhor e a mais desenvolvida Cultura para todos e continuar a lutar por um maior e robusto investimento nacional e regional, nesta matéria.

É nosso dever defender e lutar por uma verdadeira democratização da Cultura; para que todos tenham acesso ao melhor que produzimos e ao melhor que fazemos; a excelência deverá ser a nossa ambição, porque acreditamos que um país se define, essencialmente, pela sua expressão cultural; porque acreditamos, tal como Albert Camus, que sem a cultura, e a liberdade que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro.

Envelhecer

Eh senhor Aníbal! Tás ficando velhinho. Foi assim que fui saudado, há 2 ou 3 anos, durante um dos passeios de fim de tarde junto ao mar, passeios que tanto gosto de fazer. Esta genuína apreciação de um amigo, com quem já não me cruzava há muito tempo, tem sido motivo de algumas gargalhadas quando a partilho com outros amigos.

Não me sinto – ainda - um velhinho, mas estou a envelhecer e considero que isso é bom. Nem todos chegamos a envelhecer, mas quem tem esse privilégio deve aceitá-lo com a consciência de que com o prolongar da vida chegam algumas limitações de ordem fisiológica. Faz parte do processo, não vale a pena ignorá-lo, mas também não deve assumir a centralidade das nossas inquietações, sob pena de se tornar mais doloroso do que as dores nas costas e articulações que, mais tarde ou mais cedo, nos tentam a calçar os chinelos e a acomodarmo-nos no sofá.

Não pretendo, longe disso, deixar receitas nem conselhos, sobre o que fazer e como fazer para envelhecer sem que isso se torne num pesadelo. Mas, aceitar as limitações, potenciar as faculdades que ainda dispomos e usufruir do tempo que agora é, apenas, nosso, será uma boa opção para continuar a percorrer a vida, apesar de naturais receios e inseguranças, sem nunca deixar de sonhar. O medo e a insegurança podem privar-nos de sonhar, mas sem sonhos não há caminho para andar. Sem sonhos deixamos que o tempo passe e se transforme, apenas, em espera. E esperar é desesperar.

Em outubro de 2013 publiquei, no meu blogue, um pequeno texto que passo a transcrever: – *O tempo só é importante porque a vida é finita e, por isso tão excitante. A eternidade seria entediante. Que fazer com tanto tempo, se agora com o tempo contado e com fim à vista deixamos que ele, o tempo, passe por nós. Por vezes até desejamos que passe depressa, o tempo, até inventamos passatempos, para iludir o tempo. O tempo não tem tempo, mas a vida tem, um tempo. Usa o tempo que a vida te der. Não faças do tempo e da vida, um passatempo.*

Se há quase nove anos era, para mim, um modo de pensar a vida e a sua relação com o tempo. Hoje continua a ser tão válido como quando o escrevi, penso da mesma forma. A diferença é que agora, com a aposentação, tenho todo o tempo para mim, mas continuo, como sempre fiz, a dar utilidade ao tempo. Ainda que o meu tempo, com o seu passar, seja menos do que era ontem.

O medo e a insegurança podem privar-nos de sonhar, mas sem sonhos não há caminho para andar. Sem sonhos deixamos que o tempo passe e se transforme, apenas, em espera. E esperar é desesperar.

As alterações sociais, económicas e políticas que se verificaram a partir da década de 70, do século passado, com o renascimento e expansão do velho liberalismo, travestido de modernidade, contribuíram para o crescimento e diversificação das atividades do "terceiro setor". Esse incremento tem a sua origem na delegação de competências dos Estados em instituições privadas, de solidariedade social ou não, para atender a necessidades crescentes de apoio social às populações mais fragilizadas e vítimas da barbárie liberal. Este é um tema sobre o qual vale a pena refletir profundamente, mas não será hoje. Esta referência justifica-se por que o "terceiro setor" tem no envelhecimento da população um dos mais importantes segmentos da sua atividade no âmbito da economia social.

O envelhecimento da população portuguesa tem contribuído para o crescimento dos "negócios" do "terceiro setor", os centros geriátricos abundam e ainda assim, ao que ouço dizer, são insuficientes para fazer face à enorme procura dos familiares que necessitam de um local, tal como de creches para as crianças, onde possam entregar os seus idosos para que sejam apoiados e cuidados.

A uniformidade das soluções para os cuidados geriátricos, tal como o pensamento único, inquieta-me, tal como me angustia a infantilização das atividades que são promovidas para ocupar o tempo dos cidadãos entregues ao cuidado destas organizações, durante o dia ou a tempo inteiro. Ora aqui está uma, ou mais variações sobre o tema e acerca das quais importa refletir.

A padronização da oferta favorece os promotores, mas não responde às necessidades dos cidadãos mais idosos que, naturalmente, são diversas, nem das famílias que querem participar e acompanhar o envelhecimento dos seus familiares, assim sejam libertadas da sobrecarga do seu horário de trabalho, e disponham de apoios para estar e cuidar dos seus. Outras alternativas, sem aumentar o financiamento público, são possíveis, assim haja vontade e coragem para as instituir.

Este texto, mais do que opinião, pretende contribuir para que a sua leitura induza à reflexão e ao contraditório. Mais do que certezas ou opiniões fechadas estas palavras deixam em aberto algumas questões que afetam os nossos concidadãos que estão a envelhecer, ou seja, um assunto que interessa a todos. | ***Aníbal C. Pires***, *Ponta Delgada, 22 de fevereiro de 2022* | www.anibalpires.blogspot.com

Exposição

Exposição de pintura de Carlota Monjardino Azuis da Atlântida

Atlântida desapareceu no mar, mas emerge nestas obras que refletem essas ondas e profundezas de outros tempos. As telas de Carlota Monjardino mergulham nesta Atlântida perdida e trazem ao nosso olhar os estados do Mar – deste mar que nos rodeia, o oceano Atlântico –, os seus místicos, brumosos e tempestuosos céus, que nos atingem a cada momento e nos obrigam a estar em constante atenção, como se cada um de nós fosse uma navegação em mar alto, sujeito ao baile das ondas… A espaço, somos confrontados com a terra destas ilhas: uma lagoa misteriosa e lendária, uma encosta incerta, indefinida e nublada, hortênsias que pontuam a paisagem, rochas que suportam a força das ondas e o branco da espuma… Todos existem numa complexa harmonia natural, não mais simples quando na tela, onde as variedades de texturas evidenciam a constante tensão entre elementos. De uma relação conflituosa entre terra e água, nasce esta exposição que procura os vários tons de azul de um mundo arquipelágico, que vive também dos verdes... Não há como não reconhecer uma persistente busca pelo Sublime nestas brumas e neste infinito. O nosso olhar é cativado pela incerteza e indefinição, mais cativadoras do que o figurativo: há na adivinhação um fascínio, que é simplesmente superior e belo.

Museu de Angra do Heroísmo
Para ver até 16 de outubro, Sala do Capítulo

Exposição

Festa. Fúria. Femina – Obras da Colecção FLAD

A exposição Festa. Fúria. Femina. – Obras da colecção FLAD - é constituída quase exclusivamente por obras de artistas portugueses e assinalou, em Lisboa, os 35 anos da Fundação. Está agora nos Açores, pela primeira vez, com 146 obras seleccionadas pelos curadores António Pinto Ribeiro e Sandra Vieira Jürgens, a partir de mais de 1000 que integram a colecção. A exposição – uma co-produção entre a FLAD e o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas – parte do vasto acervo, iniciado em 1986, constituído maioritariamente por desenho e integra também pintura, fotografia e escultura. São obras que estabelecem diálogos e tensões, convocando enquadramentos sócio-históricos diversos e que representam a cena artística portuguesa desde a década de 80, assim como uma geração de artistas que preza a interdisciplinaridade. Três eixos emergem da Colecção e dão nome a esta exposição. Festa. Fúria. Femina. dialogam e geram ideários: celebram a colecção, evocam a dimensão de performatividade inerente às práticas artísticas contemporâneas e destacam a dimensão feminina, exigindo um renovado olhar sobre a história de arte que tanto escamoteou as artistas.

Para ver até Setembro

Exposição

"O Que Faz Falta... é Malhar na Malta!"

A exposição de pintura "O que faz falta… é malhar na malta!", da autoria de Luís Herberto está patente na Carmina Galeria de Arte Contemporânea DSL. Luís Herberto, pintor nascido na Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, em 1966, explora, na sua obra, questões de género, sexualidade, provocação e arte. Nesta sequência de pinturas de grande formato, cujo título evoca a célebre canção de intervenção de Zeca Afonso O que faz falta!, apresenta, numa linguagem declaradamente gráfica, muito próxima da dos murais, imagens da actuação de forças policiais e paramilitares, em manifestações várias, sobretudo quando estão em causa atropelos claros à dignidade social e aos mais elementares direitos da nossa existência social e democrática. Os trabalhos estarão patentes na Carmina Galeria até Setembro de 2022.

Para ver até Setembro

Festival
Anima Pix 2022

O festival Anima Pix terá lugar na Biblioteca-Auditório da Madalena, de 1 a 9 de Dezembro, e irá debruçar-se sobre os 170 anos de Alice no País das Maravilhas.O evento contará, para além dos filmes e curtas de animação, com exposições, livros e contos, entre outras actividades.

Para ver em Dezembro

Exposição
Escultura em madeira "MadeirArte" de Humberto Lemos

O Museu do Pico promove, no Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico, a exposição de escultura em madeira "MadeirArte", de Humberto Lemos. Humberto Manuel da Costa Lemos nasceu na freguesia da Madalena, na ilha do Pico, a 17 de Abril de 1970. Foi há cerca de 5 anos, com o tipo de madeira local, que "apanhava à mão", que se interessou por fazer peças do domínio da escultura. Não teve formação específica, uma referência, ou mesmo exemplo de um familiar, amigo ou conhecido, ou da própria internet, em que se baseasse. As peças que tem vindo a criar são fruto da sua imaginação e capacidade inventivas. Humberto Lemos é um autodidacta, designado como um "eremita". Trabalha hoje em dia como carpinteiro, numa carpintaria na freguesia da Candelária do Pico, mas a paixão pela criação artística em madeira permanece bem vincada nele, facto que suscitou a curiosidade do Museu do Pico.

Para ver até Setembro

Serviço Educativo do Teatro Micaelense

O principal objetivo do Serviço Educativo do Teatro Micaelense é contribuir para a construção de um público mais participativo e esclarecido, através da realização de projetos dirigidos à educação. Com um plano de atividades criativo e apelativo, percorrendo diversas expressões artísticas, e com um programa variado de ateliês, workshops, visitas guiadas e espetáculos, pretende-se que o trabalho do Serviço Educativo funcione como um espaço promotor e desencadeador de um processo de conhecimento e de fruição, em que cada participante se constrói como sujeito da sua própria aprendizagem. Do conjunto de atividades por marcação, salientamos as "Histórias Soltas" (expressão dramática, maiores de 6 anos), projeto orientado por Marta Cruz: "Um jogo divertido para todos, que vai obrigar a pensar rapidamente e a improvisar. A ideia é retirar aleatoriamente um objeto da caixa e, a partir dele, iniciar uma história. Era uma vez…"

+ info: www.teatromicaelense.pt/servico-educativo

Exposição
"Mar Tenebroso"

O Museu da Horta e a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça promovem a exposição Mar Tenebroso. O projecto "Margullar" e os naufrágios dos Açores, diligenciada pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais (CPMIA) e pela ADCA-Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores, no âmbito do projecto INTERREG "Margullar", na sala polivalente da BPARJJG, na Horta A exposição versa sobre os trabalhos efectuados no projecto Margullar, iniciado em 2017 e que terminará em 2023, que se debruçou sobre o Mar Cultural dos Açores, no binómio salvaguarda do património cultural subaquático e criação de produto diferenciado e sustentável de turismo cultural. A exposição, de âmbito regional, reúne acervos do Museu Carlos Machado, Museu de Angra do Heroísmo, Museu Francisco de Lacerda, Museu do Pico, Museu da Horta e Museu das Flores, para além de peças oriundas de colecções particulares das ilhas Graciosa, São Jorge, Pico e Faial.

Para ver em Dezembro

FALTAM PROFESSORES?

Valorizar os que estão.
Recuperar quem se afastou.
Atrair jovens para a profissão.

- ✓ **Incentivos à estabilidade**
- ✓ **Recuperação dos 3 anos perdidos na transição entre carreiras**
- ✓ **Melhoria das condições de trabalho**
- ✓ **Valorização da profissão**
- ✓ **Uniformização de horários e das reduções da componente letiva para todos os ciclos/níveis de ensino**
- ✓ **Criação de condições para a profissionalização em serviço**

FENPROF

SPN SPRC SPGL SPZS SPM SPRA SPE

É TEMPO DE SER
TEMPO DOS PROFESSORES
FENPROF